



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO



Código de Verificação

Publicado em: 14/02/2025 | Edição: 22453 | Matéria nº: 1058196

Processo SGP-E PMSC 74999/2024

DECISÃO

Após análise minuciosa dos autos, ACOLHO integralmente o relatório apresentado pela Comissão e, por conseguinte, DECIDO pela aplicação de multa pecuniária à empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 13.925.994/0001-07, em razão do atraso na execução do contrato nº 013/PMSC/2024, cujo objeto é a construção do Quartel da cidade de Maracajá.

Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, são previstas sanções administrativas aplicáveis em caso de inadimplemento contratual, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

A imposição dessas sanções deve observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, conforme ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"As sanções administrativas constituem instrumentos importantes para assegurar a observância das cláusulas contratuais e o cumprimento das obrigações pelo contratado, devendo ser aplicadas de maneira proporcional ao dano causado e à gravidade da infração cometida." (Direito Administrativo, 2021, p. 750).

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) corrobora a legalidade e a proporcionalidade da suspensão de licitar como medida sancionatória em casos de inadimplência grave:

"A sanção de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, quando devidamente fundamentada e precedida de contraditório, é adequada para proteger o interesse público e promover a eficiência nos contratos administrativos." (TJSC, Apelação Cível nº 5005632-14.2021.8.24.0023, Rel. Des. Luiz Fernando Boller, j. 25/10/2023).

Ainda, em outro precedente:

"A penalidade de suspensão é compatível com a gravidade da conduta e visa preservar a Administração Pública de riscos futuros decorrentes da reincidência de práticas contratuais inadequadas." (TJSC, Apelação Cível nº 5042851-75.2022.8.24.0038, Rel. Des. Robson Luz Varella, j. 05/09/2023).

O atraso na execução contratual compromete o interesse público, inviabilizando a utilização do imóvel e impactando negativamente a eficiência na prestação de serviços pela Administração.

Com base no princípio da supremacia do interesse público, a Administração deve sempre agir em prol do bem coletivo. A manutenção de contratos com prazos excessivamente dilatados, decorrentes de problemas de gestão interna do contratado, afronta esse princípio, além de comprometer a economicidade e a moralidade administrativa.

No mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro destaca:

"O poder discricionário deve ser exercido em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente a proporcionalidade, razoabilidade e supremacia do interesse público sobre o privado." (Direito Administrativo, 33ª ed., 2020).

Dessa forma, considerando os atrasos reiterados e injustificados na execução contratual, bem como o prejuízo causado à Administração Pública, aplico a multa correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato, totalizando R\$ 5.498,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais).

Além disso, aplico, pela terceira vez, a sanção de advertência, registrando que novas inadimplências não serão admitidas, sob pena de instauração de novo procedimento ou rescisão unilateral do contrato.

Por fim, com fundamento no item 2.2.4 do contrato, determino a suspensão dos pagamentos devidos à empresa, tendo em vista que o pactuado entre as partes estabelece que:

"Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço."

Dessa forma, o pagamento permanecerá condicionado à comprovação, por parte da empresa, do adimplemento da multa pecuniária imposta, sob pena de retenção dos valores devidos.

A retenção de valores como garantia ao cumprimento de penalidades impostas encontra amparo na legislação e na doutrina. Sobre o tema, Marçal Justen Filho esclarece:

"A Administração Pública, em cumprimento aos princípios da moralidade e do interesse público, deve adotar medidas eficazes para assegurar o adimplemento de obrigações por parte dos contratados. A retenção de créditos devidos ao contratado constitui instrumento legítimo e adequado, especialmente quando prevista no contrato e na legislação, para resguardar o erário contra prejuízos decorrentes de inadimplência ou sanções aplicadas." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 19ª ed., 2021).

Assim, a medida adotada demonstra-se não apenas legal, mas necessária e proporcional, garantindo o equilíbrio contratual e a proteção dos recursos públicos.

DETERMINAÇÕES:

- Fica a cargo da Seção de PAIC o cumprimento das seguintes providências:
- Publicar a presente decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
- Intimar a empresa da decisão, concedendo prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de recurso hierárquico;
- Inserir a decisão no Cadastro de Penalidades (CADPEN);
- Não havendo recurso, emitir guia de depósito identificado para recolhimento da multa no prazo de 10 (dez) dias corridos;
- Havendo interposição de recurso, certificar sua tempestividade e remeter o processo ao Comandante-Geral para análise, após juízo de admissibilidade;
- Após o prazo para recolhimento da multa, caso não seja quitada, reter o valor devido nos pagamentos futuros. Se o valor retido for insuficiente, requerer a inscrição da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina (CDA);
- Informar ao Chefe do CMIO sobre a presente decisão, especialmente para assegurar que os valores devidos (pendente de certificação) não sejam lançados, salvo se a multa for recolhida integralmente.

Luciano Beneval de Souza
Coronel PM – Diretor da DALF



SGPO - SISTEMA DE PUBLICAÇÕES
OFICIAIS - DIÁRIO OFICIAL DE SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

